

## QUESTÃO DE GÊNERO NO BRASIL: RESULTADOS E PERSPECTIVAS

*Guacira César de Oliveira, da ONG CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), fala sobre a recente aprovação da lei Maria da Penha e da criação das secretarias Especial de Políticas para as Mulheres e Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial, mas ressalta que ainda há grande resistência a mudanças estruturais dentro do governo.*

1) O que você acha da atual política do governo Lula voltada para a questão de gênero? Houve avanços ou retrocessos nas criações e implementações de políticas nesse sentido?

O governo Lula começou com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial. A existência destas Secretarias, até certo ponto, permitiu avanços sob a forma setorializada de organização do Estado, de concepção, planejamento, desenvolvimento e avaliação das políticas públicas. Estes organismos funcionaram como pequenas cunhas dentro da estrutura setorial, na medida em que problematizaram o caráter estrutural das desigualdades de gênero e raça, dentro de uma máquina político-administrativa resistente às mudanças.

O processo tem se desenvolvido lentamente e persistem paradoxos e contradições no enfrentamento das desigualdades de gênero e raça. De fato, uma parte muito reduzida dos programas governamentais está orientada ao combate às desigualdades. E os resultados obtidos a partir destes programas vêm sendo rapidamente neutralizados pela grande maioria das políticas sociais e econômicas, cujas concepções e desenvolvimentos desconsideram as relações de dominação/subordinação de gênero e raça.

Hoje, como há quatro anos, os ônus das injustiças sociais continuam recaindo pesadamente sobre a população feminina, especialmente aquela parcela sujeita a múltiplas formas de discriminação. Como denuncia a recente Carta da Articulação de Mulheres Brasileiras no Contexto Eleitoral, a situação das mulheres no mercado de trabalho, em termos substantivos, não foi alterada. O sexismo, o racismo e o trabalho precário persistem, distanciando muitas mulheres, como é o caso das trabalhadoras domésticas, de conquistas históricas da classe trabalhadora.

Para enfrentar as desigualdades de gênero, seria fundamental adotar medidas para enfrentar a divisão sexual do trabalho e a dupla jornada, obstáculos concretos à autonomia econômica das mulheres. Mas quando constatamos o volume de recursos investidos no programa para autonomia econômica das mulheres, percebemos que eles são irrisórios. Outra medida importante neste campo seria a universalização da educação infantil. A meta estabelecida pelo Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres é de aumentar em 12% o número de vagas para crianças entre 0 e 6 anos de idade, o que significa criar de 708 mil novas vagas até 2007. Entretanto a população total de 0 a 4 anos soma 21 milhões de crianças, e apenas 1,2 milhão está matriculada em creches. Mesmo que se atinja a meta do Plano, ainda assim haverá 19 milhões de crianças (de 0 a 4 anos) fora da escola.

Ainda que consideremos os exemplos anteriores como avanços, mesmo que insuficientes, do ponto de vista da equidade de gênero, é especialmente grave o fato de que as políticas sociais e econômicas venham lançando mão das relações hierárquicas de gênero e raça para potencializar resultados em termos de gasto, receita e endividamento público, dentro da lógica do ajuste fiscal.

A pretensa redução dos gastos públicos e a chamada eficiência dos gastos sociais, em certa medida, vêm sendo “alcançadas”, em parte, à custa da invisibilidade e do não-reconhecimento da sobrecarga de trabalho transferida para as mulheres no âmbito doméstico e comunitário, especialmente para aquelas situadas nos estratos mais desfavorecidos da população, compostos majoritariamente por mulheres negras.

A quase totalidade dos programas e ações governamentais no âmbito federal, exatamente porque não incorpora a perspectiva de gênero, nem a perspectiva de raça, reproduz as desigualdades geradas pelos sistemas patriarcal e racista. Com isto, não queremos dizer que as políticas públicas têm por objetivo promover o racismo e a inferiorização das mulheres; mas, sim, denunciar o fato de que a concepção pretensamente neutra dos programas e ações governamentais façam com que estes sistemas de dominação continuem operando sem resistências e, portanto reproduzindo desigualdades.

## 2) O que mudou com relação à política do governo anterior e quais seriam as perspectivas, considerando uma provável vitória de Lula, para o próximo governo?

Uma das mudanças mais substantivas realizadas pelo governo Lula foi a ampliação dos espaços de participação social. A realização da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, envolvendo 120 mil mulheres de todos os estados brasileiros durante todo o processo, resultou no estabelecimento de princípios e diretrizes, que orientam o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Ainda que as medidas e metas previstas no Plano estejam longe de dar consequência aos princípios que o próprio Plano afirma, significam um avanço concreto.

A participação social também foi responsável pela recente promulgação da Lei Maria da Penha, para combater a violência doméstica. O primeiro anteprojeto desta lei foi apresentado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres por um consórcio de ONGs feministas, coordenado pelo CFEMEA. À época, propusemos e a Ministra Nilcéia Freire aceitou que se promovesse uma discussão de âmbito interministerial, em diálogo com o Legislativo, Judiciário, Ministério Público e movimentos de mulheres, tomando por base o anteprojeto apresentado pelas ONGs na elaboração da proposta a ser encaminhada pelo Executivo para o Legislativo. Posteriormente, o projeto formulado pela Comissão Interministerial foi encaminhado pela Presidência da República ao Legislativo, suscitando um debate intenso e aquecido no Congresso Nacional e em várias Assembléias Estaduais. Realizaram-se 12 audiências públicas em diversos estados da federação, às quais acorreram as ativistas de vários Fóruns Estaduais de Mulheres. Ademais, a Articulação de Mulheres Brasileiras organizou uma vigília nacional, com mobilizações em todos os estados, pelo fim da violência contra as mulheres. E, finalmente em agosto, tivemos a lei promulgada, em que pese a forte resistência de alguns segmentos dos Juizados Especiais Criminais. Os grandes avanços assegurados por esta lei consistem em (i) eliminar os dispositivos legais que qualificavam a violência doméstica contra as mulheres como crime de menor potencial ofensivo; e (ii) na criação de varas especializadas para tratar deste tipo de crime, porque sem estrutura a Justiça não poderá punir os culpados.

Também resultam da participação e do controle social: 1) a inclusão, pela primeira vez, no Plano Plurianual do desafio nacional de combater as desigualdades de gênero; 2) a criação de Comissão Tripartite (Executivo, Legislativo e Sociedade Civil) para

rever a legislação que pune o aborto, que concluiu seus trabalhos apresentando proposta para a descriminalização e legalização do aborto; 3) o descontingenciamento dos recursos orçamentários para o Programa de Combate à Violência contra as Mulheres, a partir de iniciativa adotada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que permitiu elevar consideravelmente a execução orçamentária deste programa.

Entretanto, há que se reconhecer que os movimentos de mulheres, assim como outros movimentos sociais, investiram muito esforço político na participação e controle social. Apesar de toda a mobilização para as Conferências Nacionais (de Políticas para as Mulheres, de Direitos Humanos, de Saúde, de Assistência Social, das Cidades, de Segurança Alimentar etc), para participar das consultas e dos conselhos, grande parte das decisões adotadas nestes espaços vêm sendo negligenciadas e desrespeitadas.

### 3) Quais as maiores dificuldades/ desafios enfrentados?

Igualdade e Justiça Social são dois princípios interdependentes. É impossível imaginar que possa haver justiça social se as mulheres não tiverem garantida a igualdade de direitos e vice-versa. As maiores dificuldades e, portanto, os grandes desafios colocados pelos movimentos de mulheres e feminista articulam estas duas questões.

Para os movimentos de mulheres, é um grande desafio combater o estreitamento da esfera política. Trata-se de ampliar os espaços democráticos, pela abertura e consolidação de mecanismos de participação e controle social sobre o Estado, para um efetivo compartilhamento do poder. E mais do que isto, de dar nova feição ao poder, hoje quase que exclusivamente branco, masculino e heterossexual.

Há uma enorme concentração do poder. A democracia está restrita à representação política. A representação, por sua vez, está completamente desvirtuada. Suas práticas corruptas e clientelistas vêm gerando sucessivos escândalos que derivam, imediatamente, num crescente descrédito da sociedade em relação à política. Neste contexto, fazer brotar da crise os seus aspectos positivos, como por exemplo, uma reforma política capaz de democratizar a democracia, é uma tarefa bem difícil.

Há uma enorme concentração da riqueza. E a sua redistribuição demanda a democratização do poder. Poder para democratizar a própria sociedade, de modo que ela possa reconhecer a luta das mulheres, dos/as negros/as, dos povos indígenas, e de todos os vários sujeitos políticos, por direitos iguais, por respeito à diversidade, por justiça social, por liberdade. Poder para assegurar que a arrecadação e a distribuição dos recursos públicos seja feita equitativamente, porque face às desigualdades, não há outra maneira de universalizar os direitos.